AS METAMORFOSES DA QUESTÃO SOCIAL: UMA CRÔNICA DO SALÁRIO

João Roberto Resende Ferreira*

Castel, Roberto. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

O livro *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário,* de Robert Castel, um dos mais importantes intelectuais franceses da atualidade, lançado no Brasil em 1995, tem como objetivo central apresentar um estudo "inteligente" sobre as desventuras, o "enigma ou aporia" da questão social. Trata-se de um esforço para explicar como historicamente a questão social foi tratada, como políticas e como uma questão moral no interior da constituição da "sociedade salarial".

O autor inicia seu trabalho, apresentando o que chamou de "comoção que recentemente afetou a condição salarial". Condição que o autor denomina de "supranumerários inempregáveis", referindo-se ao conjunto enorme de pessoas existente no mundo inteiro, que encontram sem emprego, sem as condições clássicas de proteção e seguranças sociais.

Ancorado nessas observações empíricas, o autor trabalha com as noções de "desconversão social, desfiliação e dissociação". Entender como a condição de assalariado se estruturou na sociedade moderna, transformando-se nos anos de 1960, numa matriz de base da sociedade salarial, é, para o autor, "necessária para mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra para o primeiro plano, as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro, da desfiliação. (p. 22). Ainda ,segundo o autor, há no momento, uma diferença e algo comum entre: um contexto

de proteção anterior – que hoje se encontra instável e em processo de desatrelamento– implementado pelo Estado social a partir da condição salarial, que garantia a instabilidade da "condição habitual do que então se chamava povo, em relação a núcleos de estabilidade protegida ainda vigorosos".

Para o desenvolvimento do livro, o autor estabelece uma intrínseca relação com o trabalho. Trata-se, segundo ele, de uma análise a partir das condições incertas de vários grupos presente na "sociedade salarial moderna", à margem do trabalho e das fronteiras de coesão social.

Neste sentido o termo "questão social" – embora já existisse antes – é empregado nominalmente pela primeira vez em 1830, é descrito pelo autor, como sendo fundamental para a sociedade moderna, que após as revoluções industrial e francesa, "foi sucitado pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial".(p.30). E em seguida arremata:

> *O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do "social": desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. "O social" consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração* (CASTEL, 2005, p. 31).

Na seqüência das análises, o autor adverte que apesar de vários grupos sociais, encontrarem às margens da sociedade, o efeito da "questão social", pode ser comparado como de um bumerangue, no qual "os problemas suscitados pelas populações que fracassam nas fronteiras de uma formação social retornam para o centro". (p. 34).

Para o autor, "os integrados, vulneráveis e desfiliados", pertencem a um mesmo conjunto social. O problema é constituir a unidade desses grupos numa esfera social, questionando se a redefinição da economia e da competência social deva ser realizada ao preço de excluir grande parte da população. Será possível falar em pertencimento? Interroga o autor!

Para a seqüência da discussão, o autor destaca a questão do Estado, argumentando qual o seu papel nessa problemática. Utilizando o conceito de Estado social, por entender que se constitui na "intersecção do mercado e do trabalho". Neste ponto o autor adverte que: o modelo de Estado constituído para articular a relação entre mercado e trabalho é inédito e não constitui um único modelo. Além disso, o papel do Estado na conjuntura do pós-guerra pode ser considerado "uma versão satisfatória" e que:

> *Estamos sem dúvida, diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construir uma figura do Estado social a altura dos novos desafios. A aceitação da primeira parte da alternativa não pode ser excluída. Mas poderia custar o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, desta montagem inédita de trabalho e de proteções que teve tanta dificuldade para se impor* (CASTEL, 2005, p. 35).

É nesse conjunto de questões, em que segundo o autor, Durkheim e os republicanos do final do século XIX chamaram de "solidariedades" esses vínculos problemáticos e complexos da organização social, que consistiu no fundamento do pacto social que sem dúvida, para o século XXI, deve ser redefinido.

O livro é composto de duas partes. A primeira resgata a conjuntura em que se constitui a relação social no período histórico que segue desde a metade do século XIV até "as profundas transformações ocorridas no século XVIII". Neste percurso o autor destaca a relação "aporética" na sociedade pré-industrial. Os conflitos entre a questão do social enquanto tutela, e a nova sociedade industrial em desenvolvimento é a central nessa parte. .

Na segunda parte do livro, o autor analisa a "questão social' a partir do séc. XIX. O autor apresenta como a relação entre a indústria e as condições de vida dos trabalhadores foram se acirrando ao ponto de ser necessária uma nova intervenção social, diferente da apresentada pelo antigo regime.

O autor analisa, com base na obra de Tocquiville entre outros, as condições sociais das classes trabalhadoras – "pauperismo" – a partir dos anos de 1840. Interpretado pela burguesia ascendente, o pauperismo, se constitui como uma ameaça aos novos padrões sociais. Daí a necessidade de criar uma nova ordem social.

A princípio a busca de saídas para resolver as questões sociais emergentes, é atribuída a Delecroy, que segundo CASTEL, p. 302, "já contem o essencial da temática liberal em matéria do social". No entanto tais saídas não têm o apoio dos liberais, como uma questão de "direito".

Assim o plano de governabilidade para as classes "inferiores", ou seja, a "TUTELAR", legitimando a dependência do homem para com o homem no campo do social perde sentido e uma nova necessidade de organização do campo social se impõem.

Definido esse ponto, o autor descreve vários exemplos de tutelas estabelecidas durante todo o séc. XIX, até o surgimento dos "reformadores', que definem o social como: um conjunto de práticas que visa a atenuar o *déficit* que caracteriza o estado material, porém mais ainda moral, das classes inferiores da sociedade" (p. 314).

No contexto dos reformadores desenvolve-se uma primeira elaboração da questão social numa versão do séc. XIX até a III república, e que exista fora das condições parlamentares do poder: "trata-se de amenizar a miséria, não de repensar, a partir dela, as condições da existência de um poder". (p. 317).

O autor continua o estudo apresentado "a nova questão social" tal qual nos apresenta hoje frente à relação do trabalhador com o enfraquecimento da condição salarial, o desemprego, o trabalho informal, e a necessidade do novo controle social, agora no campo do direito. E na conclusão, contrapondo ao "pensamento único', aponta o poder público como única instancia de estabelecer "pontes" entre capital e trabalho, no sentido de constituir o mínimo de coesão na sociedade.

Por se tratar da análise da sociedade européia, especialmente a Francesa, a obra de Castel, pode apresentar um distanciamento da realidade brasileira. No entanto a atualidade da questão social apresentada pelo autor nos remete a um estudo mais aprofundado no que se refere ao papel do Estado no tratamento da questão social, especificamente na elaboração de políticas públicas para o bem comum, e especificamente, na elaboração de uma cultura política baseada no direito e na cidadania.

* Professor do departamento de educação da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás. Doutorando na Faculdade de educação da UFG. *E-mail:* joaorob_ferreira@uol.com.br